

III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS

Nome: Prof. Rogério Luiz de Souza

Afiliação Institucional: Professor de História Econômica do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutorando do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Endereço Res.: Rua Arthur Mariano, 1108
88.106-500 - São José - SC - Brasil
Telefone: (048) 259-6173
E-mail: klaus@cfh.ufsc.br

Módulo: VIII - Teoria e Metodologia da História Econômica.

Entre o Cultural e o Econômico:

O Segundo Governo Vargas

*Rogério Luiz de Souza**

Resumo: O artigo, situado no quadro histórico do segundo governo Vargas, pretende, dentro de uma redefinição teórico-metodológica, conjugar à história econômica revista pelo professor Pedro Fonseca a análise da estrutura sócio-cultural, a fim de contemplar os sujeitos históricos e os seus critérios valorativos subjacentes. Entende-se que estes sujeitos, a partir de seu mundo comportamental, reinterpretam os significados dos projetos político-econômicos e os redimensionam em seu próprio benefício. O que cabe dizer que estes agentes são possuidores também de uma mentalidade econômica capaz de filtrar políticas públicas e modelos econômicos predeterminados. Assim, as relações de produção não podem ser vistas como apenas um fenômeno da história político-econômica, mas também da história cultural. O dado sócio-cultural também resiste à implantação de uma determinada estrutura econômica e interfere na sua resultante final, criando peculiaridades que se processam diferentemente no tempo e no espaço.

ABSTRACT: The article, that refers to the historical period of the Vargas's second administration, intends to integrate the analysis of the socio-cultural structure with the economic history, that was reviewed by professor Pedro Fonseca, in order to observe the historical subjects and their subjacent values criteria. Some facts show that these subjects, from their own behaviour, reinterpret the meanings of the political and economic projects and they seek the benefits that these projects could bring to them. It leds us to say that these agents have an economic mentality that enables them to absorb public policies and predetermined economic models. Thus, the production relations can not be analyzed as only a phenomenon of the political and economic history, but as a phenomenon of the cultural history as well. The social cultural aspect also resists to the implantation of an especific economic structure and it interferes with this structure final result, creating peculiarities that differently develop themselves in time an space.**

* Professor de História Econômica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorando do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

** Abstract elaborado por Lilian Schmitt Petry.

Ao analisar o segundo governo Vargas, o professor Pedro Fonseca¹ nos coloca diante de um quadro histórico que, medidas as proporções das análises econômicas, sugere uma redefinição teórico-metodológica no olhar investigativo do historiador da economia.

Os estudos econômicos que compuseram a interpretação deste período, segundo o autor, tentaram estabelecer dentro de seus próprios critérios e enfoques teóricos a linha definidora da política varguista. Desta maneira, estas análises tenderam compreender a realidade brasileira ou a partir do alinhamento a uma postura ortodoxa ou a partir de uma postura heterodoxa da economia. Assim, a ortodoxia, pensada fora da realidade histórica, seria a aceitação inflexível dos atributos normatizadores de um determinado modelo econômico, apegando-se à idéia de conservadorismo e postulando uma linha de execução sem possibilidade de qualquer abertura ou concessão. Por outro lado, a heterodoxia apareceria como uma alternativa capaz de “romper com as visões já elaboradas”(FONSECA, p. 19) e propor um novo modelo econômico e, por conseguinte, uma nova prática política. Portanto, a percepção do que era entendido por ortodoxia ou por heterodoxia nos meandros paradigmáticos do pensamento econômico delimitaria o critério explicativo da realidade político-econômica do segundo governo Vargas. Conseqüentemente, no que se refere a existência ou não de um projeto nacional-desenvolvimentista, os discursos e as práticas do Governo seriam analisados a partir da aproximação ou afastamento dos conceitos definidos pelos modelos econômicos. Daí as visões inconciliáveis entre os intelectuais

¹FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nacionalismo e Economia: O Segundo Governo Vargas. In: *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, v. 04, pp. 17 a 29, ano 1997/1.

ligados à CEPAL e as várias correntes que criticavam os equívocos do enfoque nacional-desenvolvimentista.

Para Pedro Fonseca, todavia, entender deste modo a realidade seria algo falacioso e reducionista. Não são as conseqüências econômicas de fato implementadas (política cambial, política de “curto prazo”, combate à inflação e aos déficits orçamentários) efeitos necessários e inerentes de uma política econômica projetada em cima de intenções ou não ortodoxas e de uma composição política supra-social. Como o próprio autor em análise salienta, esta posição causa-efeito, restrita aos atributos definidos por um modelo econômico, não leva em consideração um contexto histórico determinado, onde o próprio conceito de ortodoxia relativiza-se diante das peculiaridades espaço-temporais. A concreção histórica tiraria o peso da determinação conceitual, uma vez que o contexto e a circunstância criam variações e especificidades historicamente determinadas. Assim, como afirma o autor, “dentro desta concepção, o ortodoxo e o heterodoxo não são definidos por atributos prévios, e exige-se concreção histórica: o que era heterodoxo num momento pode deixar de sê-lo em outro contexto, ou mesmo vir a ser absorvido pela ortodoxia.” (FONSECA, p. 19)

Deste modo, o critério básico da linha de desenvolvimento do Brasil no segundo governo Vargas não se processa dentro de um modelo teórico coerente e fixo. Tanto rompe com a teoria clássica do equilíbrio econômico geral, em que o desenvolvimento econômico estaria sujeito à imutabilidade das preferências dos consumidores e das técnicas, o que acabaria provocando, todavia, um estado estacionário neste desenvolvimento; quanto rompe com a explicação de um processo de desenvolvimento no âmbito da produção capaz de modificar os velhos sistemas produtivos, introduzindo um novo método de produção, como propõe os cepalinos que

recorrem à linha teórica de inovação keynesiana². Para o articulista estes modelos econômicos não esgotam a problemática do desenvolvimento varguista. O Estado criava uma prosperidade na medida em que atenuava as flutuações econômicas, condicionada à peculiaridade do contexto histórico em que se via envolvido o próprio sistema capitalista, com suas condições e contradições sociais. De igual maneira, o grau de desenvolvimento não pode ser caracterizado somente por índices quantitativos de produção, como se a dominação do capital pudesse engendrar um conjunto de medidas alheias a uma formação social dada.

É a partir desta visão que se deve compreender o período varguista. A oscilação entre o que poderia ser uma postura ortodoxa ou heterodoxa nas propostas governamentais se demonstra nas circunstâncias históricas. Mesmo assim, para Fonseca é fato incontestável que o governo Vargas convergiu preferencialmente para uma heterodoxia, salientada num projeto nacional-desenvolvimentista e enraizada historicamente, cujas propostas de modelo econômico se assemelharam a da Comissão Econômica para América Latina.³

Assim, a coerência, em matéria de paradigma econômico, só é possível na história e, portanto, mediada por acontecimentos, idéias e fatos expressamente contextualizados. O estudo do economista político Sérgio Silva é um

²Conforme MANTEGA, Guido. Marxismo na Economia Brasileira. In: *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, v. 04, pp. 147 a 165, ano 1997/1, o posicionamento da CEPAL representou o entrecruzamento das idéias keynesianas e marxistas, diferenciando-se da ortodoxia liberal. Portanto, baseada num arcabouço neoclássico, optou pelo modelo de Substituição de Importações, onde o acúmulo de capital, para propiciar a industrialização, dar-se-ia através de critérios como produto-capital, poupança, eficiência do capital, consumo, emprego e intervenção estatal para orientação e estímulo às iniciativas privadas. Ver também GALBRAITH, John Kenneth. O Sol Keynesiano a Pino. In: *O Pensamento Econômico em Perspectiva*. São Paulo: Pioneira/USP, 1989, pp. 227 a 239; SINGER, Paul. *O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1987; e OHLWEILER, Otto Alcides. *O Capitalismo Contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

³Para a CEPAL e, particularmente, Celso Furtado o subdesenvolvimento econômico latino-americano seria mais uma das etapas do processo de desenvolvimento a ser superada através de políticas internas que fizessem frente ao atraso econômico e que criassem condições estruturais capazes de dinamizar os esforços de sua burguesia nacional (o arranco ou *take-off*). Cf. FRANCO, Hilário e CHACON, Paulo Pan. As economias dirigidas do Pós-Guerra. In: *História Econômica Geral*. São Paulo: Atlas, 1978, pp. 358 a 385.

bom exemplo das imbricações das condições sócio-históricas na formação da indústria brasileira. Ao tratar do desenvolvimento industrial, adverte para as circunstâncias e condições sociais brasileiras que precederam e criaram uma nova relação de produção.

*A passagem à industrialização não se faz automaticamente, pelo simples jogo das pretendidas leis naturais da economia. Ela é resultado de um sistema complexo de contradições sociais. Representa uma ruptura com o passado, que é a consequência de um conjunto de lutas econômicas e, sobretudo, lutas políticas e ideológicas.*⁴

Portanto, a trajetória varguista deve ser entendida dentro dos conflitos e práticas políticas concretas estruturantes das relações econômicas. Nesta perspectiva, o desenvolvimento decorrente e desejado neste momento se baseou exatamente nisso, num desejo discursivo e numa prática articulada, que representaria por isso mesmo uma dubiedade, sintoma próprio de uma política econômica que buscava se sedimentar e encontrar respaldo nas posições díspares dos diversos grupos e instituições sociais. Por esta razão, as medidas tidas por ortodoxas (políticas de “curto prazo”) foram resultado de uma estratégia que, paradoxalmente, revelaram uma postura heterodoxa, haja vista o pretexto manifesto do governo de “sanear para depois crescer.” Esta mesma heterodoxia, situada historicamente, mostrou a singularidade da política econômica brasileira em face às interpretações extemporâneas daquelas correntes presas a uma linearidade político-econômica e aos conceitos doutrinários do tipo ideal.

Se nem sempre houve coerência, deve-se procurar as causas disso, e não entender a não-linearidade da política econômica como desvio de um tipo ideal. (FONSECA, p. 20)

Como o próprio autor nos aponta, a criação de inúmeros órgãos (CDI e CACEX), os discursos e as ações do governo Vargas revelaram com seus traços particulares este empreendimento nacional-desenvolvimentista a longo e curto prazo,

⁴SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 12.

criando fórmulas alternativas de viabilização do projeto e opondo-se frontalmente aos modelos econômicos descontextualizados. Além do que, em termos de crescimento do produto real neste período (1951 a 1954), a preocupação com o projeto desenvolvimentista mostrou um aumento significativo dos diversos setores produtivos, especificamente, do setor industrial.

Os apelos nacionalistas do governo também se situaram no mesmo quadro histórico. “Nem a tese do ‘alinhamento automático’ nem a do ‘entreguismo’ parecem resistir uma análise histórica mais cuidadosa.” (FONSECA, p. 25)

A tese do modelo de capitalismo dependente, do qual o Brasil faria parte, configurar-se-ia, dentro da crítica de Florestan Fernandes⁵, como constitutiva de uma economia mundial em que se exigia mais espaço de penetração nas economias nacionais, mas que, por outro lado, afastando-se desta concepção abstrata do domínio do capital mundial, esta mesma dependência relativiza-se quando se percebe a postura de empreendedores nacionais visando a permanência de seu capitalismo bucaneiro⁶ e da própria política varguista em aproximar a burguesia nacional ao proletariado, baseando-se numa política de substituição de importações e de desestímulo às exportações⁷. Mesmo assim, esta autonomia estaria associada também a uma estrutura complexa das relações internacionais. Deste modo, não é tão simples assim a transposição teórica da dominação imperialista dos países centrais sobre os periféricos para o contexto histórico.

⁵FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

⁶O conceito de *capitalismo bucaneiro* é uma tentativa incipiente do Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin (UNESP) de “articular o estudo da formação econômica brasileira com seu substrato cultural, enfatizando sua especificidade”, como por exemplo a questão da ausência de uma ética capitalista entre nós nos moldes do capitalismo europeu e norte-americano. Conforme Comunicação em Mesa Redonda *Balcão de Negócios: A Operação Financeira da Independência*, apresentada no XIX Congresso Nacional de História da ANPUH em Belo Horizonte, 25 de julho de 1997. Publicação do resumo no caderno do evento, p. 66.

⁷PALÁEZ, C. e SUZIGAN, W. *História Monetária do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

O nacionalismo não expressava uma repulsa ao capital estrangeiro, mas emergia como resposta aos projetos nem sempre coincidentes do Brasil e dos Estados Unidos. (FONSECA, p. 27)

Destarte, este período de apelos nacionalistas explicita-se por uma fase de transição, em que se buscava definir politicamente a linha de operacionalização econômica. Todavia, esta transição não segue um desenvolvimento linear, uma vez que é o resultado de um conjunto de contradições. O fato de criticar a ausência do capital estrangeiro ao mesmo tempo que discursivamente se tende para uma base política nacionalista, é um dos sintomas desta contradição. A isso se deve somar também a noção de resistência de visão política, econômica e, porque não dizer, ideológica⁸, enquanto resultado do conjunto das relações que constituem a estrutura social. Ou seja, o peso histórico está sendo reivindicado pelo analista para demonstrar a carência objetiva dos modelos econômicos. Dentro do contexto histórico, há que se relativizar certas explicações lineares e buscar, em contra partida, imprimir um referencial de plausibilidade ou, usando uma terminologia do próprio Fonseca quando se refere ao nacionalismo varguista, de possibilidade, haja vista as resistências e as relações de subordinação-dominação em que a própria nação se encontrava no seio da economia mundial. Este referencial de plausibilidade, portanto, nos chama atenção para as contradições inerentes às estruturas econômicas que, neste caso, se viam sujeitas a constantes mudanças de estratégias e de redefinição política. Por outro lado, é preciso entender que estas contradições econômicas se visualizam, num primeiro momento, não nos seus planos e projetos, mas na sua execução ou ação social. Será na sociedade que se evidenciará, à nível de cada grupo social, as contradições resultantes da estrutura econômica. Por esta razão, torna-se imprescindível ao historiador da economia contextualizar sua investigação.

A este respeito Fernando Henrique Cardoso⁹, ao sugerir que a análise cepalina recobriu-se de um certo economicismo, ressalta a necessidade de se integrar à análise econômica os aspectos sociais e políticos das determinações internas, colocando num plano secundário as determinações externas. Em outras palavras, não é somente pela oportunidade da flutuação internacional da produção-capital que se processa o acúmulo industrial, mas no jogo de interdependências políticas nacionais e internacionais.

1. Uma Nova Perspectiva

Fonseca propõe, como já dissemos, uma possível ruptura, em termos teórico-metodológicos, com o procedimento investigativo da história econômica; não mais atrelada a análises de questões restritivas às políticas econômicas de fundo casuístico ou de tipo ideal, mas dentro de um universo histórico abrangente que pressupõe a leitura do contexto histórico, capaz de determinar ou direcionar o jogo político e econômico. O que aliás, nos faz perspectivar e antever a possibilidade de conjugar à história econômica a análise da estrutura sócio-cultural a partir dos critérios valorativos e comportamentais de uma determinada sociedade.

Neste sentido, Fonseca ao exigir uma concreção histórica para definição da realidade econômica faz mediante a crítica dos modelos econômicos predeterminados ou definidos por atributos prévios que não levam em consideração o contexto histórico formador das políticas e dos discursos. Esta posição, todavia, não chega a contemplar os critérios sócio-culturais subjacentes a este contexto e, portanto,

⁹A noção de ideologia está associada à visão de WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, onde diferentes grupos sócio-culturais dispõem de diferentes estratégias para fazer valer suas idéias e interesses, portanto, reformuladas ao longo de um processo histórico de disputas.

delimitadores também desta concreção histórica e econômica. A sua tese vincula-se a uma postura epistemológica capaz, no seu entender, de reconstruir a história econômica partindo da análise do institucional ou, em outras palavras, da relevância dos fatos políticos sobre os interesses meramente econômicos, portanto, percebendo o institucional apenas “em interação com as exigências de caráter econômico e vinculando a condições circundadas pelas próprias forças políticas que o sustentaram ou a ele se opuseram.”¹⁰ Conseqüentemente, não percebe a rarefação deste próprio institucional, relacionado às forças políticas e econômicas, exatamente porque não considera a resistência dos agentes históricos em seu espaço particular de valores.

Inversamente, opondo-se ou complementando Fonseca, entende-se que a estrutura de poder dissemina-se por toda a sociedade e convoca a todos a se tornarem promotores da realidade social, política e econômica. Não há uma centralidade de poder (o institucional), mas um jogo de forças que se estabelece nas múltiplas esferas da sociedade, engendrando práticas relacionais.¹¹ Os sujeitos, diferentemente do que compreende Fonseca, não ocupam o mesmo lugar no processo de produção. Eles se alteram e se constroem nas diversas relações, buscando alternativas para defenderem sua tradição. Os sujeitos, a partir de seu mundo valorativo, reinterpretem os significados das normas institucionais e os redimensionam em seu próprio benefício. Neste sentido, estes agentes são possuidores também de uma mentalidade econômica capaz de filtrar políticas públicas e modelos econômicos predeterminados.

Portanto, a esfera econômica, política, cultural e social se mostram envolvidas numa circulação de interesses e de conflitos grupais e individuais, que, mantendo uma certa relatividade, se abrem para uma interdependência cambiada pela

⁹CARDOSO, Fernando H. e FALETTTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

¹⁰FONSECA, Pedro C. Dutra. *Vargas: O Capitalismo em Construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 32.

¹¹Ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

capacidade de realização destes grupos e pelas circunstâncias e crenças sociais capazes, neste sentido, de determinar as ações econômicas e legitimar o poder político. O segundo governo Vargas, por exemplo, com sua política nacional-desenvolvimentista tentou viabilizar uma proposta que, ao mesmo tempo, acabou também assegurando algumas das reivindicações das massas populares.¹² Por outro lado, lançar um projeto político-econômico requer também a aceitação ou não daqueles que sofrerão diretamente a ação. Esta aceitação dar-se-á na fabricação de uma necessidade compulsória, aliada à veiculação de idéias e valores compatíveis aos valores e crenças daqueles a serem atingidos, caso contrário, poder-se-á instalar a insatisfação e a oposição, principalmente num período entendido como democrático.

O fator econômico, portanto, sugere uma comunicabilidade capaz de dialogar e negociar com a demanda social e os valores culturais estruturantes do indivíduo e da sociedade. Neste ponto específico, a própria doutrina marxista, ao pressupor que as relações produtivas de trabalho criaram e determinaram a mentalidade sócio-cultural, relativiza-se, uma vez que, na esteira dos estudos de Thompson¹³, o dado sócio-cultural também resiste à implantação de uma determinada estrutura econômica e interfere na sua resultante final, criando peculiaridades que se processam diferentemente no tempo e no espaço. As relações de produção não podem ser vistas como apenas um fenômeno da história político-econômica, mas também da história cultural. A visão dialética que se deve ter entre economia e valores culturais rompe com uma abordagem meramente institucional e sistêmica. As percepções de mundo dos diferentes agentes sociais em seus diferentes espaços de atuação delimitam as ações econômicas e sócio-

¹²O Populismo apresentou uma nova forma de organização política que incorporou ao jogo institucional as massas populares. Ver IANNI, Octávio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989.

¹³Ver THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; DESAN, Suzane. *Massas, Comunidade e Ritual*

políticas. Neste universo multifacetado, todos se vêm interligados e atuantes, mobilizando, a partir de um processo de barganha, suas forças estratégicas a fim de fazer valer suas representações e seus códigos sociais.

Neste sentido, a assimilação das teses cepalinas pelos industriais dos anos cinquenta revelou-se criteriosa e adaptada a interesses particulares e concretos de classe.¹⁴

Não obstante, conjugada a esta mesma interpretação, sobre a qual prevalece o jogo de interesses e a relação de força entre os grupos sociais, a política agrária, por exemplo, no segundo período varguista tendeu a um efeito modernizante da agricultura e a formação de uma “classe média rural”, onde o campesinato meridional deveria enquadrar-se ao modelo modernizador e consolidar o fortalecimento da produção alimentar.¹⁵ Apesar de se perceber um apogeu econômico e social daquela região neste período, o modelo de modernização agrícola, que em termos de ideal técnico-econômico levaria à utilização adequada da terra e a uma produção de estimativa superior àquela que ocorreu, encontrou barreiras burocráticas e resistências dos próprios agricultores. A partir de seus valores, suas crenças e suas técnicas tradicionais de plantio estes agricultores determinaram um processo e um ritmo de produção peculiar. O que demonstra a força da estrutura cultural sobre a fórmula político-econômica proposta e que, por isso mesmo, levaria Celso Furtado a concluir que a permanência do atraso da agricultura brasileira atravancava o desenvolvimento dos setores modernos.¹⁶

na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In.: HUNT, Lynn A *Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

¹⁴COLISTETE, Renato Perim. A Força das Idéias: A CEPAL e o Industrialismo no Brasil no início dos anos 50. In: *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, v. 04, pp. 121 a 145, ano 1997/1.

¹⁵Cf. SANTOS, José Vicente T. Efeitos Sociais da Modernização da Agricultura. *História e Perspectivas*. n^o 10, jan/jun 1993, pp. 45 a 57.

¹⁶FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959. Para uma crítica a este posicionamento ver OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: crítica à razão dualista*.

A título de exemplificação é esclarecedor o artigo do jornal catarinense “O Apóstolo”.

(...) Será o sacerdote o elemento indicado para ESTIMULAR a produção agrícola e mais influente para por os agricultores em contato com os técnicos, dando-lhes o apoio e assim o prestígio, porque o colono tem alergia por tudo que o leva fora de sua marcha rotineira, nem dá apreço aos engenheiros agrônomos que lhe vem ao encontro, muitas vezes desconhecendo que o rudimentarismo agrícola tem também alguns valores, aprendidos no decorrer das gerações.¹⁷

Portanto, necessário se fez estabelecer novos critérios político-econômicos que fossem capazes de entrar na figuração de mundo daqueles sujeitos históricos e criar, através de uma via alternativa, um diálogo que levasse em consideração os anseios, os valores e os parâmetros culturais daquele grupo produtivo, chegando ao ponto de reavaliar os setores burocráticos (inoperantes), mudar posturas políticas e indicar instituições que se colocassem mais próximas àquela realidade e que, por isso mesmo, se vissem legitimadas. Para usar um exemplo desta estratégia reelaborada pelo governo central poderíamos tomar a carta do Ministro da Agricultura Dr. João Cléofas ao Arcebispo Metropolitano de Florianópolis D. Joaquim Domingues de Oliveira.

Exmo. Reverendíssimo.

Ao tomar conhecimento da feliz iniciativa de V. Excelência Reverendíssima, promovendo a colaboração do clero catarinense aos trabalhos de incremento da produção agrícola nacional, apresso-me a levar-lhe minhas mais vivas congratulações, bem assim meus mais sinceros agradecimentos por essa obra de tanta expressão.

(...) Compreendendo a nobreza dessa missão, que garante a prosperidade nacional em bases sólidas, traz agora o clero catarinense mais outra maneira de contribuir para o bem estar das populações brasileiras.

(...) Rogo a V. Exc. Rev. minhas mais respeitadas congratulações por esse movimento que iniciou junto ao clero catarinense, certo de que o exemplo servirá para que, nos demais Estados da Federação, igual iniciativa se faça sentir.¹⁸

São Paulo: Brasiliense, Estudos CEBRAP, nº 02, 1971. O homem do campo garante o desenvolvimento, servindo de mão-de-obra superexplorada.

¹⁷O Clero Catarinense na Batalha da Produção. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de janeiro de 1954, nº 564, p. 03.

¹⁸Carta do Ministro da Agricultura Dr. João Cléofas a D. Joaquim D. de Oliveira pela iniciativa de fomentar a agricultura no Estado. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de abril de 1954, nº 568, p. 03.

Em última análise, o artigo de Pedro Fonseca ao sugerir a contextualização da realidade econômica suscitou um novo olhar sobre a história econômica brasileira. Existem condições próprias formadoras de forças conflitivas que tentam se ajustar a uma medida que seja capaz o bastante de buscar uma interação social e fomentar um equilíbrio móvel de tensões, onde os grupos de divergência tendem a um entrelaçamento a partir de regras de convivialidade. Neste sentido, a ambigüidade torna-se o fenômeno evidente desta relação de interdependência, ora buscando aproximar-se, ora buscando afastar-se, sem contudo romper com os laços sócio-culturais que sustentam esta relação. Portanto, é seguro afirmar que o contexto histórico varguista buscava uma base de sustentação nos mais diversos espaços da hierarquia social, com suas crenças e valores, numa tentativa de encontrar o denominador comum dos interesses econômicos. Daí a posição discursiva de Vargas que buscava transitar entre uma nacionalização e uma internacionalização da economia, num jogo capaz de lhe assegurar o acesso às mais diversas esferas sociais, mas que, concomitantemente, explicitava a taxa de poder destas esferas, o que vai além do conceito de *nacionalismo possível* compreendido pelo autor. As suas razões encontradas se dão ainda, preferencialmente, em um nível macroestrutural das relações entre o governo brasileiro e norte-americano e quando muito entre o governo e as principais forças de oposição (UDN e burguesia compradora). A sua tentativa de analisar historicamente o contexto nacional-desenvolvimentista no segundo governo Vargas não chega ultrapassar os limites ideológicos da macroestrutura, ou seja, não realça os interesses sócio-culturais internos que norteiam a própria produção discursiva e a ação político-econômica do governo. Há que se considerar também, que no contexto microestrutural se constituem sujeitos e se criam oposições multifacetárias, fora do jogo exclusivamente institucional. Em outras palavras, se o institucional não está sujeito simplesmente a um modelo

econômico, como quer Fonseca, também é verdade que os agentes sociais não estão sujeitos ao institucional. Além disso, tomar esta ou aquela postura num período de tendência democrática exigia efetivamente um posicionamento abalizado naquilo que referendava os valores sociais e os interesses dos diversos grupos sociais. Portanto, esta postura deveria estabelecer, a partir de uma prática articulada entre os diversos meios estruturais da sociedade, uma figuração de mundo que fosse aceitável e real para todos.

Assim, a partir destes critérios, o comportamento econômico não se subordinaria simplesmente a um conjunto de teorias abrangentes e leis universais. Este comportamento se veria transformado e radicado também na textura cultural daquelas relações sociais formadoras de um contexto histórico-econômico peculiar. Neste sentido, o projeto nacional-desenvolvimentista se definiria conforme a aceitação ou a resistência dos envolvidos.

Enfim, o interesse deste trabalho, além de mostrar a partir de Fonseca as implicações entre o modelo econômico e o contexto histórico, constitui-se como proposta teórico-metodológica para enriquecer o retrato econômico de um determinado momento através das imbricações sócio-culturais, mostrando com isso a possibilidade de se ampliar o horizonte de novas pesquisas. Portanto, não se quis desvirtuar o objeto de investigação da história econômica, mas, pelo contrário, lhe atribuir um contexto histórico coerente, capaz de lhe emprestar os fatores subjacentes e fundamentais de sua própria estruturação político-econômica.